

O Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina: espaço de saber “qualificado”

Patrícia de Freitas*

Resumo

Debater com agremiações como os institutos históricos e geográficos é perceber como o Estado apropriou-se e continua a apropriar-se da produção historiográfica. Procuravam, intelectuais e burocratas, construir a identidade física da nação. Neste processo de construção, selecionavam, hierarquizavam, moldavam uma história que representaria o país enquanto um todo homogêneo. Envolto em pressupostos modernizantes, delineavam a si próprios, opondo-se ao “outro”. O “outro”, especificamente, negros, surge desta forma, nas bordas deste discurso progressista, cuja escravidão representaria um empecilho. Assim, circundam alguns dos temas deste artigo.

Unitermos: discurso, saber, poder, IHGSC.

Trabalhar com discursos cristalizados pela academia significa romper com um determinado estilo de produção do conhecimento. Trato aqui da construção de uma história concisa, neutra, de grandes homens, a tão discutida, mas sempre presente, história oficial. O “romper” significa desfazer, desconstruir, e ao historiador cabe a responsabilidade de reinterpretar, apresentando uma outra versão da história, levando em consideração o que por muito tempo ficou por dizer. *É deste modo que*

* Graduada em História, em 1995, pela Universidade Federal de Santa Catarina. Iniciou o Mestrado em História em 1995. Orientador, Prof. Dr. Élio Cantalício Serpa.

na recuperação dos movimentos sociais torna-se condição estrutural a crítica do conhecimento já estabelecido e a do desconhecimento sobre esses mesmos processos, uma vez que a ausência e o silêncio são carregados de presença e de significados históricos”.¹

Desta forma, discutir temas como abolição da escravidão, proclamação da república, política imigrantista, entre tantos outros que emergem da construção de uma representação da nação, é caminhar com cuidado nas curvas desconhecidas desta história. É escutar o silêncio, procurar enxergar o que parece tão assimilado, solidificado sob a forma de um discurso “dito” verdadeiro e, por isso, inquestionável. Procuo uma re-leitura para discursos que a meu ver mostram nítidos sinais de esgotamento.

O processo de reflexão que perpassa a pesquisa em história, hoje, deixa-me instigada. No exercício de compor, muitas vezes surpreendo-me com expressões como: “na verdade”, “analisando”, “investigando”, “com certeza”, “não resta dúvida”; enunciados que se fecham para a pluralidade de significações que são propostas atualmente à historiografia. Contradições, um envolvente jogo de linguagens. Estou, assim, presa a uma teia que rompe e legitima um discurso, mais que um conflito, quem sabe um combate, talvez uma guerra contra pressupostos arraigados, remanescentes, ainda, de um saber que se pretendeu científico, dispersos, mas presentes nesta fragmentação interpretativa que circunda o universo do pesquisador.

Levantadas algumas inquietações, volto-me agora ao tema deste ensaio. Pretendo repensar algumas questões referentes à construção de um saber específico, qualificado, saberes auto-

¹ IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. Descaminhos da modernidade: Identidade e movimentos sociais no Brasil. *Revista Catarinense de História*. Florianópolis, 1995, n. 3. p. 41.

rizados,² produzidos em instituições como as academias de letras, os museus etnográficos, os arquivos públicos, os institutos históricos e geográficos, as universidades, e as editoras. Estabelecimentos científicos fomentados por elites intelectuais, numa estreita relação destas com o Estado.

Foi a transferência da corte portuguesa em 1808 que marcou a instalação de instituições científico-culturais e de formação superior, bem como a criação de uma história oficial brasileira. Uma história exclusiva que retratava a fala oficial da nação, ressaltava e continua ressaltando, nos livros didáticos, uma história hierarquizada e excludente, priorizando o modelo branco/europeu/colonizador. A Imprensa Régia, a Biblioteca, o Real Horto e o Museu Real transformaram a colônia, não apenas na sede real provisória da monarquia portuguesa, mas num centro produtor e reproduzidor de sua cultura e memória.³

Este momento é caracterizado por um relacionamento profundo entre o saber (elite pensante) e o poder (Estado), visto que a delimitação de uma unidade interpretativa poderia garantir o controle português. É importante salientar que:

... o processo iniciado por D. João VI, e interrompido com sua volta inesperada a Portugal, teve continuidade com seu filho D. Pedro. Guardadas as especificidades do momento, o certo é que, logo após a declaração de independência, o imperador apoiava a fundação de novas instituições de saber.⁴

Procurando montar uma identidade física e geográfica numa nova territorialização da nação, a elite pensante passa a

² Utilizo a expressão “saberes autorizados” para especificar o conteúdo do conhecimento histórico, metucioso, erudito e exato que desconsidera saberes locais, singulares que foram deixados de lado. Ver: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1993. p. 170.

³ SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças*. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 23-24.

⁴ Idem.

construir a “história pátria”. As associações científico-culturais recebem apoio financeiro do imperador que, desta forma, assegura em suas mãos o controle da produção do conhecimento. A primeira preocupação seria a criação de uma tradição nacional que demarcaria as diretrizes de uma história pátria. Neste contexto, cabe à história e à literatura um papel de legitimação e coesão.⁵

Neste período, é construída a história oficial do Brasil que, dentro de padrões específicos e imbuída de uma verdade científica, qualifica determinados saberes que serão absorvidos pela intelectualidade nacional. Alguns preceitos deveriam ser considerados na edificação desta história, como a busca de uma metodologia levando em conta “a descrição das ‘pinturas encantadoras da natureza’, o uso de um ‘estilo popular’, a concisão da obra em ‘um só forte volume’ e a refutação das ‘citações estéreis’”.⁶ Uma história com base num estilo épico.⁷ Características que fazem lembrar os compêndios de história de Santa Catarina que, num único e grande volume, reúnem em verdadeiras “eras” todas as características acima citadas.⁸

Devo ressaltar que não considero as instituições científico-culturais deste período, como uma massa homogênea, compacta. Muito pelo contrário, em cada Estado estas instituições possuíam características distintas. O que integrava estas instituições era a constituição de uma história específica, reconhecida por um único segmento da sociedade, representada, ali, pelos

⁵ SCHAPOCHNIK, Nelson. *Letras de fundação: Varnhagen e Alencar – projetos de narrativa instituinte*. (Dissertação de Mestrado em História) São Paulo: USP, 1992. p. 08.

⁶ SCHWARCZ, Op cit. p. 39.

⁷ Idem.

⁸ A *História de Santa Catarina*, coleção em quatro volumes, lançada em 1970, ilustra bem esta modalidade de história. O editor propõe-se lançar obra inédita no campo da ciência histórica. Ver: *História de Santa Catarina*. Paraná: Gráfica Editora Paraná Cultural Ltda – GRAFIPAR. 1970. (vol. I – Nota do Editor)

sócios e membros dos museus etnográficos, dos institutos históricos e geográficos, das faculdades de direito e medicina. Nestes estabelecimentos a história correspondia a um único modelo de concepção da nação.⁹ Durante o período imperial “...escrever a história do Brasil pareceu significar trazer para foros de competência científica uma representação do país”.¹⁰ Esta forma de apreender a história compreendia um conceito de nação estático, uniforme. Parafraseando o Livro do Gênesis, em relação à história do Brasil, diria: No princípio veio o português. A terra era exótica e povo sem alma...

Envolto em tais pressupostos e empenhado em revelar a história da nação, é fundado, no Rio de Janeiro, o primeiro Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1836. Bem mais tarde, em 1896, seria criado um estabelecimento congênere em Santa Catarina, o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (que será representado neste texto pela sigla IHGSC).

Diferenças à parte, quero demonstrar que, mesmo sendo fundados em realidades e momentos específicos, estas instituições possuíam o mesmo estilo e seguiam direções, ou seja, davam privilégio à coleta de fontes que seriam organizadas, classificadas e hierarquizadas, de modo a construir uma história linear e concisa da nação ou particularmente do Estado. “Construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos”.¹¹

Inicialmente, procuro travar um diálogo de reconhecimento com alguns temas que determinam a flexão do texto, interpretando significados. Dialogarei com os saberes autorizados que perpassam artigos da primeira fase (1902 a 1920) da Revista do

⁹ SCHWARCZ, Op. cit. p. 134.

¹⁰ Ibidem p. 135.

¹¹ SCHWARCZ, Op. cit. p. 99.

Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Pretendo interpretar discursos que envolvem temas como abolição, república e democracia.

Estes temas foram amplamente debatidos pelos homens de letras que articulavam a construção da nação e da identidade nacional nos moldes europeus; envolviam concepções raciais que diziam respeito à formação do povo brasileiro e que, conseqüentemente antagonizavam-se com o negro, o índio e o mestiço. Uma pequena elite intelectual demonstrava, em seus discursos, a inferioridade da raça brasileira que impedia a prosperidade da nação. É importante salientar que o discurso difundido pelos institutos históricos e geográficos era de exaltação da nação, responsável, assim, pela perpetuação e consolidação das falas oficiais do Estado.

A deflagração de um discurso modernizante/civilizador que se instituí no final do século XIX, no Brasil, também irá perpassar a instituição, mas de um modo particular. Os pressupostos sócio-biológicos, que neste período representarão uma bandeira do desenvolvimento rumo ao progresso, “persistiam na interpretação positiva da realidade. O futuro era insofismavelmente branco, previsível e seguro”.¹² Realidade esta, bem diferente da concebida por um novo intelectual que aparece no período pós-proclamação da República: “o especialista”, representado por médicos, engenheiros e educadores que pretendiam apreender a realidade do país de forma técnica. Seriam os responsáveis pela construção de um Estado moderno.¹³

¹² SCHWARCZ. Op cit. p. 137.

¹³ Sobre a nova configuração do Estado, no início da Primeira República com a eminência do “cientista”, responsável pela integração do país à marcha da civilização ocidental, existe uma vasta bibliografia. Ver: HERCHMANN, Michael M. & PEREIRA, Carlos Alberto M (orgs.). *A invenção do Brasil moderno*. Medicina, educação e engenharia nos anos 20 - 30. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 09-65.

Tais temas aparecem nas questões referentes ao negro em duas sessões solenes do IHGSC, transformadas em artigos na Revista do Instituto. O negro foi representado como um sujeito sem historicidade. Negro, índio, mulher, aparecem no discurso do Instituto da mesma forma: silenciados. O discurso destas instituições fundadoras ressalta uma história de um grupo específico, homens brancos e letrados que conversam entre si. Constróem uma história de grandes homens para grandes homens. As últimas páginas da Revista do IHGSC relacionam os sócios fundadores, efetivos e correspondentes. Constróem, assim, as suas próprias histórias dentro do órgão, ao qual caberia a função de salvaguardá-los à posteridade.

Parece-me de senso comum a idéia de história totalizante que perpassa o Instituto. Não faço aqui uma crítica ao estabelecimento; pretendo romper com a proliferação, a continuidade de um discurso que continua a representar o negro como no século passado, reconhecendo apenas o cultural e desconhecendo (apagando) o histórico, o político, “... nos negam historicidade e nos apontam como seres culturais (singulares) a-históricos”.¹⁴

O Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina foi criado, em 1896, por José Arthur Boiteux, idealizador de boa parte das associações culturais em Florianópolis¹⁵. A Instituição responsabilizou-se em construir uma história oficial de Santa Catarina, evidenciando questões que diziam respeito à formação do Estado. Nos primeiros anos, os sócios estavam envolvidos na coleta de documentos e fotos, seguindo os mesmos padrões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Uma ata do

¹⁴ ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Terra à vista*. Discurso do confronto: velho e novo mundo. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 1990. p. 15.

¹⁵ Segundo Dante Martorano, Boiteux fundou o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, a Academia Catarinense de Letras, a Faculdade de Direito de Santa Catarina, o Instituto Politécnico. Ver: MARTORANO, Dante. *José Arthur Boiteux*. Florianópolis: Edições da FCC, 1984. p. 06

Instituto evidencia as correspondências recebidas de associações afins, como o Instituto Histórico Geográfico da Bahia e o Arquivo de São Paulo,¹⁶ de onde, provavelmente, o IHGSC absorvia as matrizes ideológicas para seu funcionamento.

Um artigo do primeiro número da Revista do IHGSC aponta que as evasivas utilizadas por jornais que aspiram um lugar na imprensa são supérfluas à Revista, pois seus artigos são modelados seguindo as normas da associação.¹⁷ Esta fala carrega consigo a representação do Instituto, enquanto espaço de produção de saberes impostos e inquestionáveis, o chamado discurso persuasivo que pretende convencer e expressar a verdade.

... o discurso persuasivo se dota de recursos retóricos objetivando o fim último de convencer ou alterar atitudes e comportamentos já estabelecidos. Isso nos leva a deduzir que o discurso persuasivo é sempre expressão de um discurso institucional. As instituições falam através de signos fechados, monossêmicos, dos discursos de convencimento.¹⁸

Hercílio Pedro da Luz, governador do Estado de Santa Catarina, ocupava a cadeira de presidente do estabelecimento,¹⁹ que poderia representar, naquele momento, a idoneidade imprescindível para o reconhecimento social do estabelecimento. Desta forma, quem seria capaz de argüir uma associação como o Instituto Histórico e Geográfico, composto de cidadãos distintos e seletos da sociedade, ligados em sua maioria ao poder civil, eclesiástico e militar? Estavam ali reunidos “saber” e “poder”. Uma questão que deve ser levada em consideração ao

¹⁶ Livro de Atas do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Ata de 14 de nov. de 1896.

¹⁷ O aparecimento da Revista - *Revista do IHGSC*. Florianópolis, vol. I - n. I - 1902. p. 07.

¹⁸ CITELLI, Adilson. *Linguagem e persuasão*. São Paulo: Ática, 1989. p. 32.

¹⁹ Ata de 07 de set. de 1896. Livro de Atas do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

analisar o IHGSC é que foi criado no período republicano, a exemplo do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. O IHGSC estava assim envolvido na consolidação do novo regime vigente.

Como já enfatizei, os artigos que pretendo retratar são relatos de duas sessões solenes do IHGSC que aconteceram em maio de 1902. A primeira, intitulada Três de Maio,²⁰ “comemorando a data (...) que registra a descoberta do Brasil em 1500”.²¹ A segunda, Treze de Maio,²² rende homenagens à lei áurea “festejando este dia sagrado à comemoração da fraternidade dos Brasileiros”.²³ A primeira consideração a ser levantada diz respeito ao tema destas sessões solenes: a comemoração ressalta a história evidenciada pela instituição, ou seja, uma seqüência de datas. “Nesse sentido, compreende-se a periodização histórica proposta por tais estabelecimentos que encontram ‘na descoberta portuguesa do país’ a origem da nação”.²⁴ Marcos de uma história branca e européia e que desconsidera o “outro”, representado pelos índios. Assim como o negro, o índio aparece no discurso do Instituto enquanto sujeito a-histórico, exótico, do ponto de vista do conquistador. Do outro lado estaria o sujeito histórico, o político na figura do colonizador ou como, dentro destes padrões, bem definiu Lucas A. Boiteux quando se referiu aos primeiros europeus em Santa Catarina: *Os patriarcas dos Carijós*.²⁵

Campos Mello, representante do governador do Estado, abriu a primeira sessão enfatizando o dever e a contribuição

²⁰ Três de Maio (sessão solene). *Revista do IHGSC*. Florianópolis, vol. I, n. 2 - 1902. p. 50.

²¹ Idem.

²² Treze de Maio (sessão solene). *Revista do IHGSC*. Florianópolis, vol. I, n. 2 - 1902. p. 55.

²³ Idem.

²⁴ SCHWARCZ, Op. cit. p. 135.

²⁵ BOITEUX, Lucas A. *Os patriarcas dos Carijós*. *Revista do IHGSC*. Florianópolis, vol. VI - n. II, 1917.

dos membros do Instituto para com a prosperidade e a glória da Pátria. Teceu um discurso salientando que:

Trabalhamos para que possam continuar na mais perfeita harmonia os três grandes princípios fundamentais das sociedades modernas a verdade religiosa, a verdade filosófica e a verdade política.²⁶

Ao que parece, o Instituto, segundo o orador, estava trabalhando junto ao Estado, consolidando e legitimando ideais modernizadores e civilizatórios da florescente República. Estão presentes nas falas destas sessões solenes os preceitos de um período marcado pela discussão de temas como a passagem do trabalho escravo para o assalariado e debates imigrantistas.

Num processo de desvencilhamento de um Brasil colonial, a preocupação latente das elites dirigentes era criar um universo modernizante no qual "... a palavra de ordem é 'civilizar', isto é, ficar em pé de igualdade com a Europa no que se refere a cotidiano, instituições, economia, idéias liberais (...)"²⁷ O discurso da primeira sessão solene enfatiza o dever dos sócios da instituição, que deveriam "... contribuir para a prosperidade e glória da nossa Pátria".²⁸ Sendo assim, o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina estaria voltado à consolidação da república, baseado no positivismo "... como doutrina, um 'método' que permitiu a 'invenção' do 'Estado-nação' republicano".²⁹

Ambas as sessões foram norteadas por expressões que demarcavam a doutrina positivista como o amor à pátria, a liberdade, o sentimento de justiça, a moral. Tanto o discurso da sessão solene de Três de Maio como o de Treze de Maio conseguiram articular muitas das questões nos quais se debatiam os homens de letras naquele período:

²⁶ Três de Maio. (sessão solene). Op. cit. p. 50.

²⁷ HERSCHMANN, Op. cit. p. 12.

²⁸ Três de Maio. (sessão solene) Op. cit. p. 50.

²⁹ HERSCHMANN, Op. cit. p. 25.

Estudemos as palavras autorizadas dos mestres da História e da Geografia e nelas procuremos aprender a complicadíssima ciência da governação dos povos: cumpre, portanto, que todos se convençam de que nenhum povo pode aspirar a grandeza do futuro, se não tiver profunda veneração pelos monumentos da sua história e da sabedoria e patriotismo de seus antepassados.³⁰

Ao legitimar um determinado discurso autorizado, os sócios do IHGSC demonstravam as articulações de um momento específico daquela sociedade. Os homens da ciência, donos do saber, estavam intimamente ligados ao Estado, procurando consolidar um projeto político e, desta forma, instalar uma nova ordem republicana, supostamente envolta nos ideais de igualdade, fraternidade e liberdade.

À intelectualidade caberia o papel de divulgar e consolidar entre os “seus” os novos preceitos da nação na transição do trabalho, baseado na relação escravista para o trabalho livre. O Estado neste momento procura reorganizar-se, construir uma nova noção de trabalho “... que contivesse a crença do nascimento de uma sociedade livre, de homens iguais, enfim que negasse o passado e o presente”.³¹

A sessão solene que comemorou o Treze de Maio em nenhum momento traçou considerações a respeito da condição do ex-escravo. As referências à escravidão procuravam: “... apagar a maldita instituição e consolidar a data gloriosa que riscou da legislação a nefanda palavra Escravidão. (...) essa mancha negra que tanto nos envergonha perante o mundo civilizado”.³²

O Hino do Estado, abrilhantado pela música do Corpo de Segurança, “gentilmente” concedida pelo Governador, abria

³⁰ Três de Maio. (sessão solene) Op. cit. pp. 50-51

³¹ SALLES, Iraci Galvão. *Trabalho, progresso e a sociedade civilizada*. O Partido Republicano Paulista e a política da mão-de-obra (1870-1889). São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, 1986. p. 118.

³² Três de Maio. (Sessão Solene) Op. cit. pp. 57-58.

a sessão e, ao encerrar-se, ouviam o Hino Nacional³³. Nesta solenidade estavam representados todos os segmentos da elite florianopolitana, o representante do Governador, os secretários de Estado, o prefeito, o chefe de polícia, os representantes das sociedades recreativas, dos periódicos, o Bispo Diocesano e demais autoridades.

Estas sessões solenes representavam bem mais que horas agradáveis ao som de boa música e de *lunch*. Ao sair dali os cidadãos membros do IHGSC e as referidas autoridades estavam imbuídos de repassar um discurso, que iria proliferar-se nos sermões da missa, nas reuniões dos clubes e confrarias, nos jornais, ganhando assim os mais variados segmentos da sociedade, pois só assim seria possível reconhecer “todo o respeito, toda a veneração a mesma dos grandes homens que fizeram o nosso país, que será forte e poderoso si souber tomar exemplo e seguir as lições que nos deixaram esses gloriosos antepassados”.³⁴ Antepassados representados por uma história branca e européia. À descoberta portuguesa atribuiu-se a função de marco fundador da nação.³⁵ Esta representação foi aclamada pelo representante do Governador que enfatizou não poder “... haver povo livre sem tradições nacionais, por isto, aqui estamos nós cumprindo o sacrossanto dever de Brasileiros, recordando a sua primeira e gloriosa tradição, o descobrimento da terra que é hoje a nossa Pátria”.³⁶

Outro tema que aparece na sessão de Três de Maio é a preocupação da Instituição quanto à racionalização da imigração, intrínseca numa fala que destaca a raça européia, enquanto forte, civilizada. Trata de forma sutil a questão do cruzamen-

³³ Três de Maio. (Sessão Solene) Op. cit. p. 55.

³⁴ Ibidem p. 51.

³⁵ SCHWARCZ, Op. cit. p. 135.

³⁶ Três de Maio. (Sessão Solene). Op. cit. p. 52.

to de raças, reconhecendo na “purificação racial”³⁷ a saída mais rápida para alcançar o progresso da nação:

A terra de Vera Cruz, a terra de Santa Cruz, o Brasil que a vidência, o gênio político e a perseverança dos antigos Lusitanos fizeram com o cruzamento das raças índica, africana e portuguesa e que hoje os descendentes daqueles ousados navegantes e heróis guerreiros o continuam com a alta, civilizada e científica raça alemã e com a poética e adiantada raça italiana (...).³⁸

Os posicionamentos imigrantistas estavam transitando pelo IHGSC que cumpria seu objetivo maior: “o fim a que se visa nosso Instituto e todo civilizador é civilizar e educar, e só a ciência e a liberdade podem criar nações fortes, ricas e dominadoras”.³⁹

Nessas breves considerações podemos perceber os temas que preocupavam os homens de letras do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina no início do século XX. Delimitei ainda mais meu objeto de pesquisa, ou seja, o discurso, melhor dizendo o não-discurso, que envolve temáticas relativas ao negro. Os saberes que transitavam o IHGSC representaram uma história científica – qualificada. Saberes autorizados que desconsideraram todas as outras falas que não foram pelas luzes da ciência reconhecidas. Ao historiador caberia a função de perceber nestes compêndios da história oficial o que foi deixado de lado, desqualificado, mas que incomodava os sócios do Instituto. A construção de espaços que mascaravam os confrontos, as lutas. Talvez assim possamos constatar a famigerada utopia moderna que estes homens de letras pretendiam construir.

³⁷ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra medo branco*. O negro no imaginário das elites no século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 144.

³⁸ Três de Maio. (Sessão Solene) Op. cit. p. 51.

³⁹ Idem p. 52.